

A análise documental [\[1\]](#)

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas, além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (p 295).

O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Como ressalta Tremblay, graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias (295).

No plano metodológico, a análise documental apresenta também algumas vantagens significativas. Como o enfatizou Kelly, trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida (p. 295).

Porém, ainda que algumas características da análise documental possibilitem recorrer ao

documento vantajoso em certos níveis, deve-se admitir que seu uso suscita também algumas questões. Se, efetivamente, a análise documental elimina em parte a dimensão da influência, dificilmente mensurável, do pesquisador sobre o sujeito, não é menos verdade que o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina. A informação, aqui, circula em sentido único: pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares (p. 295-296).

O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade. O autor do documento conseguiu reportar fielmente os fatos? Ou ele exprime mais as percepções de uma fração particular da população? Por outro lado, o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e contentar-se com o que tiver à mão: fragmentos eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidos por um desconhecido, etc. É, portanto, em razão destes limites importantes, que o pesquisador terá de tomar um certo número de precauções prévias que lhe facilitam a tarefa e serão, parcialmente, garantia da validade e da solidez de suas explicações (p. 296).

O documento escrito

Definir o documento representa em si um desafio. Pelo fato de o documento constituir uma de suas principais ferramentas, a história, de todas as ciências sociais, foi a que atribuiu maior importância a essa definição. Desde o fim do século XIX, C.-V. Langlois e C. Seignobos, em sua doravante célebre *Introduction aux études historiques* (1898), fizeram dele, aliás, o pivô de uma obra de metodologia que influenciou inúmeras gerações de historiadores. Para Langlois e Seignobos, contudo, a noção de documento se aplicava quase exclusivamente ao texto, e, particularmente, aos arquivos oficiais. Esta definição decorria principalmente da abordagem histórica praticada pela maioria dos autores da época; uma abordagem conjuntural, focada, sobretudo nos fatos e gestos dos políticos e dos 'maiorais' desse mundo. Esta noção de documento seria profundamente reconsiderada devido à evolução da própria disciplina histórica, mais particularmente pela Escola dos Anais. Privilegiando uma abordagem mais globalizante a história social, ampliou consideravelmente a noção de documento. De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou 'fonte', como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo

de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. No limite, poder-se-ia até qualificar de 'documentos' um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação, etc. [...] O 'documento' em questão, aqui, consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel. Mais precisamente, consideraremos as fontes, primárias ou secundárias, que, por definição, são exploradas – e não criadas – no contexto de um procedimento de pesquisa (p. 296-297).

Grosso modo, pode-se repartir os documentos em dois grandes grupos: os documentos arquivados e os que não o são. Por outro lado, pouco importa a natureza da documentação, quer de domínio público quer de domínio privado. Eis alguns exemplos:

- Os documentos públicos:
 - Os arquivos públicos. Trata-se de uma documentação geralmente volumosa, e por vezes, organizada segundo planos de classificação, complexos e variáveis no tempo. Ainda que ela seja dita pública, ela nem sempre é acessível. Esse tipo de arquivos compreende comumente: os arquivos governamentais (federais, regionais, escolares, ou municipais), os arquivos o estado civil, assim como alguns arquivos de natureza notarial ou jurídica.
 - Os documentos públicos não-arquivados. Eles incluem, entre outros, os jornais, revistas, periódicos e qualquer outro tipo de documentos distribuídos: publicidade, anúncios, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos, etc.
- Os documentos privados:
 - Os arquivos privados. Ainda que ela não pertença ao domínio público, ocorre que uma documentação de natureza privada seja arquivada. Ele pode, contudo, ser de acesso bastante difícil. Trata-se aqui, principalmente de documentos de organizações políticas, sindicatos, Igrejas, comunidades religiosas, instituições, empresas, etc.
 - Os documentos pessoais. Esta categoria reúne autobiografias, diários íntimos, correspondências, histórias de vida, documentos de família, etc. (p. 297-298)

Existe, de fato, uma multiplicidade de fontes documentais, cuja variedade não se compara à informação que elas contêm. Isso porque a pesquisa documental exige, desde o início, um esforço firme e inventivo, quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos ou das fontes potenciais de informação, e isto não apenas em função do objeto de pesquisa, mas também em função do questionamento. Uma preparação adequada é também necessária, antes do exame minucioso de fontes documentais precisamente identificadas. Neste estágio, o principal erro consiste em se precipitar sobre o primeiro bloco de documentos obtido, antes de realizar um inventário exaustivo e uma seleção rigorosa da informação disponível. É importante aprender a decodificar e utilizar os instrumentos de pesquisa preparados pelos arquivistas, a fim de assimilar a lógica que presidiu à classificação da documentação. Devem-se tomar as mesmas precauções com os arquivos privados ou a documentação pessoal (p. 298).

Uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes. Se nossos predecessores deixaram vestígios documentais, eles raramente o fizeram com vista a possibilitar uma reconstrução posterior; tais vestígios podem se encontrar, portanto, em toda sorte de locais, os mais heterogêneos. A experiência pessoal, a consulta exaustiva a trabalhos de outros pesquisadores que se debruçaram sobre objeto de estudo análogos, bem como a iniciativa e a imaginação, também integram adequadamente a constituição desse *corpus*: os pesquisadores mais aguerridos sabem que os documentos mais reveladores se escondem, às vezes, em locais insuspeitos. De resto, a flexibilidade é também rigor: o exame minucioso de alguns documentos ou bases de arquivos abre, às vezes, inúmeros caminhos de pesquisa e leva à formulação de interpretações novas, ou mesmo à modificação de alguns dos pressupostos iniciais (p. 298).

A análise preliminar: exame e crítica do documento

Como nós o mencionamos anteriormente, é impossível transformar um documento. É preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja. Torna-se assim, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas que podem nos esclarecer, por pouco que seja, sobre uma situação determinada. Entretanto, continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda análise documental. Ela se aplica em cinco dimensões que examinaremos aqui.

O contexto

O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente. No último caso, contudo, cabe admitir que a falta de distância pode complicar a tarefa do pesquisador.

Seja como for, o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural que propiciou a produção de um documento determinado. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus atores, compreender sua redação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma, da organização, e sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos. Essa etapa é tão mais importante, que não se poderia prescindir dela, durante a análise que seguirá. Nós nos permitimos insistir na sua importância, pois existe uma forte tendência entre os pesquisadores em só deixar de lado alguns elementos do contexto bem escolhido em algumas passagens de sua documentação, resultando daí interpretações e análises muito pobres. Uma boa compreensão do contexto é, pois, crucial, em todas as etapas de uma pesquisa documental, tanto no momento da elaboração de um problema, da escolha das pistas a seguir para descobrir as principais bases de arquivos, quanto no momento da análise propriamente dita. Esse conhecimento deve também ser global, pois nunca se pode saber de antemão quais são os elementos da vida social que será útil conhecer, quando chegar o momento de formular interpretações e explicações. Parece-nos evidente que para produzir uma análise por menos que seja rica e crível, o pesquisador deve possuir um conhecimento íntimo da sociedade, cujos depoimentos ele interpreta. (p. 300)

O autor ou os autores

Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. Esse indivíduo fala em nome próprio, ou em nome de um grupo social, de uma instituição? Parece, efetivamente, bem difícil compreender os interesses (confessos ou não) de um texto, quando se ignora tudo sobre aquele ou aqueles que se manifestam, suas razões e as daqueles a quem

eles se dirigem. É muito mais fácil dar a entender que é a 'sociedade' ou 'o estado' que se exprime por meio de uma documentação qualquer. Elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobreviver na reconstituição de um acontecimento.

Na mesma ordem de ideias, é bom nos perguntarmos porque que esse documento, preferencialmente a outros, chegou até nós, foi conservado ou publicado. Muito frequentemente, sobretudo num passado relativamente distante, uma única categoria de indivíduos, ou seja, os que pertenciam à classe instruída, podiam expressar seus pontos de vista por meio da escrita. É preciso, então, poder ler nas entrelinhas, para poder compreender o que os outros viviam, senão nossas interpretações correm risco de ser, grosseiramente falseadas (p. 300-301).

A autenticidade e a confiabilidade do texto

Não basta, entretanto, informar-se sobre a origem social, a ideologia ou os interesses particulares do autor de um documento. É importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida. Por exemplo, ainda que a questão da autenticidade raramente se coloque, não se deve esquecer de verificar a procedência do documento. Em alguns casos, é também necessário considerar o fato de que alguns documentos nos chegaram por intermédio de copistas que tinham, às vezes, de decifrar escritas quase ilegíveis. Principalmente os historiadores há muito aprenderam a desconfiar de possíveis erros de transmissão.

Por outro lado, é importante estar sempre atento à relação existente entre o autor ou os autores e o que eles descrevem. Eles foram testemunhas diretas ou indiretas do que eles relatam? Quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a sua descrição? Eles reportaram as falas de alguma outra pessoa? Eles poderiam estar enganados? Eles estavam em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento? etc. Em alguns casos não é supérfluo familiarizar-se com os instrumentos de coleta utilizados pelos autores. Este aspecto se revelará importante, no caso de documentos como os recenseamentos, pois os questionários destinados aos recenseadores experimentaram grandes modificações com o tempo. (p. 301-302)

A natureza do texto

Cabe especificar que não é possível exprimir-se com a mesma liberdade em um relatório destinado aos seus superiores, e em seu diário íntimo. Consequentemente, deve-se levar em consideração a natureza de um texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões. Efetivamente, a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto podem variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido. É o caso, entre outros, de documentos de natureza teológica, médica, ou jurídica, que são estruturados de forma diferente e só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção. [...] Assim, uma pessoa pode narrar a verdade, mesmo sem ser diretamente testemunha de um fato, ou estar em condição de fazer uma observação de qualidade; uma outra pessoa pode nutrir simpatias confessas por um grupo determinado, ou por uma causa particular, e, todavia, ser capaz de objetividade. Se, neste sentido, importa confiar na intuição, na habilidade e no senso de discernimento do pesquisador, nós acreditamos, contudo, que essa confiança se conquista: o pesquisador mostrou prudência? Ele avisou o leitor das dificuldades e dos problemas colocados pelo emprego de depoimentos mais duvidosos? Ele deu as razões pelas quais os mesmos lhe parecem confiáveis (ou não)?, etc. (p. 302)

Os conceitos-chave e a lógica interna do texto

Certamente, o trabalho de análise preliminar não poderia estar tão completo e por tanto tempo, que o pesquisador não tivesse o sentimento de ter compreendido satisfatoriamente o sentido dos termos empregados pelo autor ou os autores de um texto. Para os textos antigos, isso é evidente, já que que a significação de inúmeros termos evoluiu muito ao longo dos anos. [...] Delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos é, alias, uma precaução totalmente pertinente no caso de documentos mais recentes nos quais, por exemplo, utiliza-se um 'jargão' profissional específico, ou nos que contêm regionalismo, gíria própria a meios particulares, linguagem popular, etc. Deve-se também prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados. Finalmente, é útil examinar a lógica interna, o esquema ou o plano do texto: Como um argumento se desenvolveu: Quais são as partes principais da argumentação? etc. Essa contextualização pode ser, efetivamente, um precioso apoio, quando, por exemplo, comparam-se vários documentos da mesma natureza. (p. 302-303)

A análise

Como em todo procedimento que levou o pesquisador até a análise, a abordagem permanece tanto indutiva quanto dedutiva. De fato, as duas se conjugam. Assim, a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do

questionamento inicial. Porém, as descobertas e as surpresas que o aguardam às vezes obrigam-no a modificar ou a enriquecer o referido questionamento (p. 303).

[Tradicionalmente] o trabalho de análise consistia, principalmente, em fazer uma síntese dos elementos assim acumulados. A história social modificou esta abordagem, e, doravante, procede-se preferencialmente pela desconstrução e reconstrução dos dados. Michel Foucault mostrou muito bem essa nova posição em sua obra *Archéologie du savoir*:

A história mudou de posição em relação ao documento: ela se atribui como tarefa primeira, não mais interpretar, bem determinar se ele diz a verdade e qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo internamente e elaborá-lo; ela o organiza, recorta-o, distribui-o, ordena-o, reparte-o em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não o é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. Portanto, o documento não é mais para a história essa matéria inerte, por meio da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado, e do qual somente o rastro permanece: ela busca definir, no próprio tecido documental, unidades, totalidades, séries, relações.

Definitivamente, como bem o argumenta Foucault, o pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade; depois, procede a uma reconstrução, com vista a responder ao seu questionamento. [...] É esse encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento (p. 304).

A fim de estabelecer essas ligações e de constituir configurações significativas, é importante extrair os elementos pertinentes do texto, compará-los com outros elementos contidos no *corpus* documental. A maioria dos metodologistas concorda em dizer que é a leitura repetida que permite, finalmente, tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma reconstrução admissível e confiável (p. 304).

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. Deve-se desconfiar de uma análise que se baseia numa pesquisa pobre, na qual o pesquisador só considera alguns

elementos de contexto e uma documentação limitada, visando formular explicações sociais. Uma análise confiável tenta cercar a questão, recorrendo a elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser. Além dessa necessária abertura de espírito diante dos dados potenciais, também é preciso contar com a capacidade do pesquisador em explorar diferentes pistas teóricas, em se questionar, em apresentar explicações originais, etc. (p. 305).

A análise preliminar: exame e crítica do documento

Os documentos são o que são... Assumir os documentos!

Cinco dimensões da avaliação crítica (prévia):

a) *O contexto*

- *Série de questões do contexto podem ser muito importantes para a leitura do documento. Um documento não é uma peça "solta" em seu tempo;*

- *Perigo: interpretar o conteúdo do documentos com os óculos (valores) de hoje;*

- *É preciso conhecer bem a sociedade de onde um documento é oriundo.*

b) *O autor ou os autores (os atores*

- *Quem é...*

- *Classe a que pertence;*

- *Grupo a que pertence;*

- *Mas também: qual é seu interesse ao escrever*

c) *Autenticidade e a confiabilidade do texto... (menos o caso)*

- *Também no sentido da proximidade ou distância que o autor tem dos conteúdos descritos;*

- *Que relação tem o autor com o que é descrito: observador, partícipe, protagonista...*

d) *Natureza do texto (intencionalidade?)*

- Há intenções segundas?

- Tipo de linguagem define (revela) sua intenção?(esconder, dizer entre as linhas, ser franco e direto...

- E preciso também deixar isto claro ao leitor;

e) Conceitos-chave e a lógica interna do texto (Redaktionsgeschichte / Formgeschichte)

- Conceitos-chave e história de significado destes conceitos;

- Há linguajar específico ou nativo?

[1] Texto baseado em “A Análise Documental” de André CELLARD, em POUPART J. et alii, **A Pesquisa Qualitativa**, Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes)